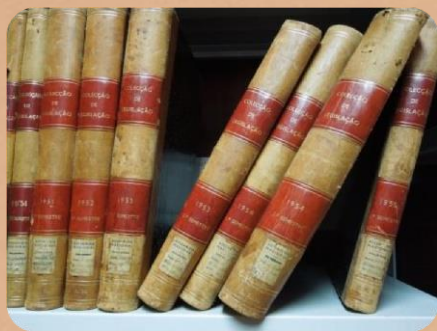


NEWSLETTER DIGESTO N.º 9 /2015

Disponibilização: 11 de maio de 2015

Período abrangido: 27 de abril a 08 de maio de 2015



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. **Administração Pública**
2. **Agricultura, caça e pescas**
 - **Caça**
3. **Ambiente**
4. **Defesa e Forças Armadas**
5. **Educação**
6. **Empresas Públicas**
7. **Energia**
8. **Finanças**
 - **Contribuições e Impostos**
 - **Património do Estado**
9. **Jogos de Fortuna e Azar**
10. **Justiça**
11. **Ordenamento do Território**
12. **Regiões Autónomas**
 - **Açores**
 - **Madeira**
13. **Transportes e Comunicações**
 - **Comunicações**

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2015, de 07 de maio](#)

(Supremo Tribunal Administrativo)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: Na ausência de legislação nacional consagrando prazo de prescrição mais longo do que o previsto no artigo 3.º, n.º 1, do Reg. (CE Euratom) n.º 2988/95, do Conselho, de 18 de Dezembro, é este o aplicável.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

□ CAÇA

[Portaria n.º 127/2015, de 09 de maio](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera (quinta alteração) a Portaria n.º 123/2001, de 23 de fevereiro, que define os termos, os conteúdos das provas e o processo do exame para obtenção da carta de caçador.

3. AMBIENTE

[Portaria n.º 116-A/2015, de 29 de abril](#)

(Ministérios da Administração Interna, da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova os modelos de certificado de conformidade da adaptação à utilização de gases de petróleo liquefeito ou gás natural comprimido e liquefeito e o correto funcionamento de cada veículo.

[Portaria n.º 123/2015, de 05 de maio](#)

(Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2015.

4. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

[Declaração de Retificação n.º 18/2015, de 30 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 75/2015, de 12 de março, que estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes em exercício efetivo de funções integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional.

5. EDUCAÇÃO

[Declaração de Retificação n.º 18/2015, de 30 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 75/2015, de 12 de março, que estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes em exercício efetivo de funções integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional.

6. EMPRESAS PÚBLICAS

[Decreto-Lei n.º 69/2015, de 06 de maio](#)

(Ministérios das Finanças e da Economia)

Aprova o processo de reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

[Decreto-Lei n.º 70/2015, de 06 de maio](#)

(Ministérios das Finanças e da Economia)

Aprova o processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

7. ENERGIA

[Lei n.º 33/2015, de 27 de abril](#)

(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) o regime que cria a contribuição extraordinária sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

[Portaria n.º 116-A/2015, de 29 de abril](#)

(Ministérios da Administração Interna, da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova os modelos de certificado de conformidade da adaptação à utilização de gases de petróleo liquefeito ou gás natural comprimido e liquefeito e o correto funcionamento de cada veículo.

[Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética.

7. FINANÇAS

□ CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Lei n.º 33/2015, de 27 de abril](#)

(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) o regime que cria a contribuição extraordinária sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

[Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril](#)

(Ministério da Economia)

No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e altera o Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, a Tabela Geral do Imposto do Selo, e o Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho.

[Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril](#)

(Ministério da Economia)

No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova o regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, e altera a Tabela Geral do Imposto do Selo, e os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

□ PATRIMÓNIO DO ESTADO

[Decreto-Lei n.º 69/2015, de 06 de maio](#)

(Ministérios das Finanças e da Economia)

Aprova o processo de reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

[Decreto-Lei n.º 70/2015, de 06 de maio](#)

(Ministérios das Finanças e da Economia)

Aprova o processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

8. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

[Decreto-Lei n.º 64/2015, de 29 de abril](#)

(Ministério da Economia)

Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro, que reformula a Lei do Jogo.

[Decreto-Lei n.º 65/2015, de 29 de abril](#)

(Ministério da Economia)

No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2011, de 4 de março, que regula o exercício da atividade de exploração do jogo do bingo.

[Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril](#)

(Ministério da Economia)

No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e altera o Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, a Tabela Geral do Imposto do Selo, e o Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho.

[Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril](#)

(Ministério da Economia)

No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova o regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, e altera a Tabela Geral do Imposto do Selo, e os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

[Decreto-Lei n.º 68/2015, de 29 de abril](#)

(Ministérios da Agricultura e do Mar e da Solidariedade e Segurança Social)

No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova os regimes jurídicos da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial e da atribuição da exploração de hipódromos, e altera os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

9. JUSTIÇA

[Lei n.º 35/2015, de 04 de maio](#)

(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, que aprova o regime jurídico do mandado de detenção europeu, em cumprimento da DecisãoQuadro 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido.

[Lei n.º 36/2015, de 04 de maio](#)

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a DecisãoQuadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2015, de 04 de maio](#)

(Supremo Tribunal de Justiça)

«Nos termos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro, e no artigo 3.º n.º 3 do DL n.º 164/99, de 13 de Maio, a prestação a suportar pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores não pode ser fixada em montante superior ao da prestação de alimentos a que está vinculado o devedor originário.»

[Lei n.º 37/2015, de 05 de maio](#)

(Assembleia da República)

Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a DecisãoQuadro 2009/315/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto.

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2015, de 07 de maio](#)

(Supremo Tribunal Administrativo)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: Na ausência de legislação nacional consagrando prazo de prescrição mais longo do que o previsto no artigo 3.º, n.º 1, do Reg. (CE Euratom) n.º 2988/95, do Conselho, de 18 de Dezembro, é este o aplicável.

10. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2015, de 28 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à suspensão parcial dos Planos Diretores Municipais de Amarante, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena e ao estabelecimento de medidas preventivas para o aproveitamento hidroelétrico do Fridão, no rio Tâmega.

11. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril](#)

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, que cria medidas para a redução do consumo de sacos de plástico.

- **MADEIRA**

[Declaração de Retificação n.º 17/2015, de 28 de abril](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira n.º 4/2015, de 20 de abril, que nomeia, sob proposta do Presidente do Governo Regional, vários membros do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

12. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**

[Lei n.º 34/2015, de 27 de abril](#)

(Assembleia da República)

Aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Dados Gerais:

PÁGINA DE ENTRADA ★ PESQUISA CONSOLIDAÇÃO DIPLOMA	DECRETO-LEI N.º 47344 Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25
DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA DIPLOMA ÚLTIMA PESQUISA	Tipo Diploma: Decreto-Lei Número: 47344 Data Assinatura: 1966-11-25 Entidade(s) Emitente(s): Ministério da Justiça
★ DADOS GERAIS INFORMAÇÃO DETALHADA NEWSLETTERS DIGESTO	Fonte: DIARIO DO GOVERNO - 1.ª SERIE, Nº 274, de 1966-11-25, Pág. 1883 - 2086 Entrada em Vigor: 1967-06-01, no continente e ilhas adjacentes, à excepção do disposto nos artigos 1841.º a 1850.º, que começará a vigorar somente em 01.01.1968.
	Notas aos Dados Gerais <hr/> <p>1 - O código não é aplicável às acções que estejam pendentes nos tribunais no dia da sua entrada em vigor, salvo o disposto nos artigos 17.º e 21.º do presente decreto-lei.</p> <p>2 - Todas as remissões feitas em diplomas legislativos para o Código Civil de 1867 consideram-se feitas para as disposições correspondentes do novo código.</p> <p>3 - A Portaria n.º 22869, de 4 de Setembro de 1967, torna extensivo o Código Civil aprovado pelo presente diploma, às províncias ultramarinas e determina a entrada em vigor no território ultramarino a 01.01.1968, sem prejuízo do disposto no n.º 2º da mencionada portaria.</p> <p>4 - O Decreto-Lei n.º 268/94, 25 de Outubro, estabelece normas regulamentares do regime da propriedade horizontal.</p>
	Resumo <hr/> Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação.

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Aplicado por/Regulamentado por:

PÁGINA DE ENTRADA
★ PESQUISA
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
★ INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 47344

Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Exportar Imprimir

Outros Tipos: Actos de Aplicação

Aplicado Por/Regulamentado Por

Foram encontradas 347 associações.

Pág. 1 de 35
1 2 3 4 5 6 ... > >>

Data	Texto	Diploma
2015-04-21	Despacho n.º 3930/2015 - Diário da República n.º 77/2015, Série II de 2015-04-21 (N.º 2 do art. 158.º do Código Civil)	Despacho n.º 3930/2015 - Diário da República n.º 77/2015, Série II de 2015-04-21
2014-12-11	Dec Lei 47344 de 25-nov 1966 DG.IS[274] (N.º 2 do art 158.º do Código Civil)	Despacho n.º 15005/2014 - Diário da República n.º 239/2014, Série II de 2014-12-11

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Normas habilitantes:

Data	Ordem	Tipo Associação	Diploma	Texto
	1	Aplica/Regulamenta	Decreto-Lei n.º 47344 - Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25	1ª parte do nº 2 do art. 109º da CRP.

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Modificações Sofridas:

PÁGINA DE ENTRADA ★ PESQUISA CONSOLIDAÇÃO	DECRETO-LEI N.º 47344 Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25
DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA DIPLOMA ÚLTIMA PESQUISA DADOS GERAIS	Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados
★ INFORMAÇÃO DETALHADA NEWSLETTERS DIGESTO	Exportar Imprimir
	Outros Tipos: <input type="text" value="Selecionar"/> <input type="button" value="Pesquisar"/>
	Modificações Sofridas
	Notas: <p>1 - Os preceitos disciplinadores da enfiteuse, contidos no título IV do livro III (art.s 1491º a 1523º), perdem eficácia por se encontrarem substituídos pelas normas contidas nos Dec Lei 195-A/76, de 16 de Março, que determina a abolição da enfiteuse relativa a prédios rústicos, e Dec Lei 233/76, de 2 de Abril, que extingue a enfiteuse relativa a prédios urbanos.</p> <p>2 - A Lei n.º 55/79, de 15 de Setembro altera o regime do direito de denúncia de contrato de arrendamento facultado pela al. a) do n.º 1 do art. 1096.º do Código Civil, aprovado pelo presente diploma.</p> <p>3 - A revogação, determinada pelo Dec Lei 321-A/90, de 15 de Outubro, dos artigos 1083º a 1120º do Código aprovado pelo presente diploma não prejudica a disposição transitória contida no artigo 2º da Lei 24/89, de 1 de Agosto, nos termos do nº 3 do art. 3º daquele diploma.</p>

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Retificações:

PÁGINA DE ENTRADA
★ PESQUISA
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
★ INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 47344

Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Exportar Imprimir

Outros Tipos:

Rectificado por


Foram encontradas 7 associações.

Data	Texto	Diploma
2012-10-12	Retificada a Lei 31/2012 de 14-ago (que alterou o presente diploma)pela DECL-RECT.59-A/2012.12.10.2012.AR, DR.IS [198-Supl] de 12.10.2012, no referente ao seu art. 2º - na parte em que alterou o art. 1072º e o nº 2 do art. 1100º do Código Civil - e no referente ao anexo I - na republicação do nº 2 d ...	Declaração de Retificação n.º 59-A/2012 - Diário da República n.º 198/2012, 1º Suplemento, Série I de 2012-10-12
	Rectificado o art. 3.º da Lei 6/2006, de 27-Fev, bem como o anexo que republicou o cap. IV do tít. II do livro II, na parte em que conferem nova redacção à al. a) do	Declaração de Rectificação n.º 24/2006 - Diário da

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Modificações Produzidas:

Modificações Produzidas

 Notas:

Desde que principie a vigorar o novo Código Civil, fica revogada toda a legislação civil relativa às matérias que esse diploma abrange, com ressalva da legislação especial a que se faça expressa referência.

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Doutrina Associada:

PÁGINA DE ENTRADA
★ PESQUISA
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
★ INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 47344

Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Exportar Imprimir

Outros Tipos: Doutrina Associada

Doutrina Associada

Foram encontradas 20 associações.

Pág. 1 de 2
1 2 > »

Data	Texto
2007-08-24	NOTAJUR.35827/2006.24.08.2007.SCJ-DGO, Art. 557º e seguintes
2007-05-30	PARECERJUR.9150/2007.30.05.2007.SCJ-DGO,Art. 6º
2007-04-20	PARECERJUR.9160/2007.20.04.2007.SCJ-DGO,Nº. 1 do art. 7º
2006-12-06	PARECERJUR.31411/2006.06.12.2006.SCJ-DGO, Nº.s 2 e 3 do artº. 9.º
2006-05-16	PARECERJUR.9867/2006.16.05.2006.SCJ-DGO (Art. 10.º)
2002-05-28	D.PARECERJUR.95/2002.2002.05.28.SCJ-DGO

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Acesso à Jurisprudência Emanada dos Principais Tribunais:

PÁGINA DE ENTRADA
★ PESQUISA
NOTAS PESSOAIS
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 47344

Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	04/22/2015	17892/12.3t2snt.l1.s1	Maria Clara Sottomayor	Jurisdição Voluntária Alimentos Devidos a Filhos Menores Recurso de Revista
<input type="checkbox"/>	04/29/2015	10/12.5tttvd.l1.s1	Gonçalves Rocha	Transportes Internacionais de Mercadorias por Estrada - TIR Créditos Vencidos há mais de Cinco ANOS Regime Probatório

Decreto Lei n.º 47344 (Código Civil)

Pareceres da Procuradoria-Geral da República:

PÁGINA DE ENTRADA
★ PESQUISA
NOTAS PESSOAIS
CONSOLIDAÇÃO

DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA
DIPLOMA
ÚLTIMA PESQUISA
DADOS GERAIS
INFORMAÇÃO DETALHADA
NEWSLETTERS
DIGESTO

DECRETO-LEI N.º 47344
Diário do Governo n.º 274/1966, Série I de 1966-11-25

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Data Votação	Parecer	KB	1º Descritor	Relator
<input type="checkbox"/>	04/24/1975	P000521974	4KB	Presunção de Paternidade	Moitinho de Almeida
<input type="checkbox"/>	03/27/1969	P000011969	3KB	Responsabilidade Civil do Estado	Tinoco de Faria
<input type="checkbox"/>	06/16/1976	P000581976	1KB	Aguas Subterraneas	Moitinho de Almeida
<input type="checkbox"/>	06/28/1979	P000741979	2KB	Caução	Ferreira Vidigal

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão